



Antes de votar

Solano Portela

Hoje é dia de eleição! Antes de votar, separe alguns minutos do seu tempo para avaliar os tópicos abaixo:

1. O SENHOR é que governa as nações (SI 22.8). O Salmo 24.1-2 diz: *“Ao SENHOR pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam. Fundou-a ele sobre os mares e sobre as correntes a estabeleceu”. Esse governo inclui a determinação de quem governa, ou não, conforme lemos em Daniel 2.21: “... é ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos inteligentes”.* Isso significa que, contrariamente ao que ensinam alguns teólogos contemporâneos, os quais dizem que Deus não interfere nos afazeres dos homens, e até nem teria poder sobre o futuro, pois este ainda não aconteceu, a Bíblia claramente ensina que a regência soberana de Deus é uma realidade. Ela é exercida sobre os governantes e nações, independentemente do sistema de governo encontrados nelas. Para nós, neste momento, significa que qualquer que seja o resultado da eleição, este está debaixo da soberania divina; nada fugiu ao seu controle. Deus tem os seus propósitos e os cumprirá, com certeza. Nunca há lugar para orgulho excessivo, nem para desespero.

2. Pessoas recebem de Deus a delegação de governar sobre outros. A fé reformada reconhece que o governo é dádiva da graça comum de Deus. Qualquer governo é melhor do que anarquia. No pensamento reformado, o governo é uma consequência do pecado, fruto da benevolência de Deus (não faz parte da “lei natural”, como afirmam os católicos-romanos). Ele foi especificamente definido a Noé (Gn 9), como representante da humanidade, colocando a força na mão das autoridades, para punir os malfetores. Detalhamento adicional, no Novo Testamento, temos em Romanos 13.1-7, onde os governantes são chamados de Ministros de Deus, para punição do mal e reconhecimento dos que praticam o bem. Essa é uma tremenda responsabilidade para quem governa, pois mostra que o poder não é absoluto nem divorciado das obrigações para com os absolutos de Deus. Fala-se muito, hoje em dia, do estado laico, como se não houvesse qualquer obrigação estatal de observar princípios universais de justiça e equidade, que procedem de Deus. Enquanto reconhecemos a separação da igreja e do estado, como esferas autônomas; devemos reconhecer, também, que ambos prestam contas a Deus. É inadmissível e é condenável o estado que promove e patrocina atos imorais e de injustiça, e os governantes devem ser lembrados disto.

3. Temos obrigações para com os governantes. A Bíblia é clara quando aponta o caminhar cristão como o de cidadãos responsáveis e respeitosos das autoridades constituídas. Atos 26.2-3 e 24-25 registram o respeito que Paulo tinha para com as autoridades governamentais, até para com aquelas que procediam

injustamente para com ele (veja também 1 Pedro 2.13-15 e 18). E é ele que escreve em sua primeira carta a Timóteo (2.2) que devemos honrá-las e interceder por elas, para que tenhamos uma vida tranquila (ou seja, para que cumpram a finalidade para a qual existem: garantir o bem-estar e segurança dos cidadãos). Obediência às autoridades é, portanto, esperada dos Cristãos e o limite dessa obediência é estabelecido pela própria Palavra de Deus (Atos 4.19-20 e 5.29). Esse limite é quando o governo procurar legislar CONTRA o que Deus nos comanda em sua palavra; quando ele procurar estabelecer que o que é “mal”, o que é “amargo” e “escuro”, é “bem”, “doce” e “luz” (Is. 5.20-21). Nesses casos, então, “importa obedecer a Deus” e não aos homens. Talvez esse seja um dos grandes testes à igreja nos anos à frente: os cristãos irão afrouxar e diluir os padrões bíblicos, mediante a pressão e a legislação governamental, ou manterão a sua identidade e lealdade à Bíblia?

4. Escolher governantes é um grande privilégio. O povo de Deus subsistiu debaixo dos mais diversos regimes: monarquia, impérios despóticos, regência militar, etc. A obrigação foi sempre de se manter fiel a Deus, e ao testemunho cristão, e respeitoso para com as autoridades, independentemente de como chegaram ao poder. No entanto, indubitavelmente, ter a capacidade de escolher os representantes, como ocorre em uma democracia representativa, é um grande privilégio. Não devemos desprezar essa bênção e essa liberdade recebida de Deus. O voto é também uma maneira de expressar convicções e de defender posições que mais se aproximem das diretrizes divinas. Se a eleição é uma metodologia instituída na Bíblia até para as questões sagradas, na igreja (Atos 6.1-5; 14.23), não há porque disputar a legitimidade dela para escolhas de líderes, na esfera governamental.

Mas alguém ainda pode dizer: “não há saída – somente anulando o voto”! Não acredito na promoção do voto nulo, pois ele deveria somente ser fruto de erro de votação e não de uma ação racional. Quem tiver fortes convicções de abstenção, resta a alternativa do voto em branco – esse, sim, é uma expressão de uma decisão consciente. No entanto, deve haver a percepção de que assim se abdica de um privilégio (mais que um direito) de pontuar uma escolha. Essa raramente será uma escolha sem qualificações, ou com a expectativa de um governante e um governo ideal, mas é sempre uma alternativa para barrar um caminho pior à nação (o que o voto em branco ou nulo não conseguirá).

Em paralelo, espero manter minhas convicções cristãs, independentemente de quem ganhe, suplicando que Deus me ajude a, em intercessão, poder expressar as críticas, quando pertinentes, sempre de maneira respeitosa e fiel à Palavra.

Adaptado dotempora-mores.blogspot.com.br/2010/10/chegou-o-segundo-turno-e-agora-hora-da.html